

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.456 - SP (2018/0332216-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : BERNADETE APARECIDA FABIAN DA SILVA (PRESO)
ADVOGADOS : MARIA DE LOURDES SILVA - SP110285
FERNANDO HENRIQUE DOS SANTOS - SP363507
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS**. CRIMES DOS ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/06. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PRESENÇA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. AFASTAMENTO. NECESSIDADE DE AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RAZOABILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO EM **HABEAS CORPUS** DESPROVIDO.

I - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade ou a ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria, o que não ocorre na espécie.

II - Segundo firme jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a presença de indícios mínimos e suficientes de autoria. A certeza será comprovada ou afastada durante a instrução probatória, prevalecendo, na fase de oferecimento da denúncia o princípio do **in dubio pro societate**.

III - O acolhimento da tese defensiva - ausência de comprovação do nexo de causalidade da conduta da recorrente com o crime em questão - demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento a toda evidência incompatível com a via estreita do **habeas corpus**.

IV - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o **juízo de razoabilidade** para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (**precedentes**).

V - **In casu**, o feito estaria seguindo seu trâmite regular, pois a prisão em flagrante ocorreu em 26/03/2018, a denúncia foi recebida em 31/07/2018, e já foi designada data para audiência de instrução e julgamento, após expedição de carta precatória para a citação da recorrente, sem qualquer elemento que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário na condução do feito, o que não

permite a conclusão, ao menos por ora, da configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Recurso ordinário desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Felix Fischer
Relator